

# ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

PHAROL, SGPS S.A.

27 de março de 2020

## PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS:**

*(Deliberar sobre a aquisição e a alienação de ações próprias)*

#### **Considerando que:**

- A) Afigura-se conveniente que a PHAROL, SGPS S.A. (a "**SOCIEDADE**") possa utilizar, nos termos gerais, as possibilidades inerentes às operações de aquisição e de alienação de ações próprias;
- B) Adicionalmente, o Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052 da Comissão, de 8 de março de 2016, estabelece, entre outras, isenções ao regime geral de abuso de mercado para certos programas de recompra de ações próprias e operações de estabilização, os quais devem ser tidos em conta no caso de aprovação de programas deste tipo;

#### **Propõe-se que seja deliberado:**

- 1) Aprovar a aquisição pela SOCIEDADE de ações próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, sujeita a deliberação do Conselho de Administração, através de decisões *ad hoc* ou mediante aprovação de um programa de recompra, e nos termos seguintes:
  - a) Número máximo de ações a adquirir: Até ao limite correspondente a 10% do capital social, deduzidas as alienações efetuadas, sem prejuízo da quantidade que seja exigida pelo cumprimento de obrigações da adquirente, decorrentes de lei, de contrato ou de emissão de títulos, com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das ações que excedam aquele limite. Com sujeição aos requisitos legais e aos da presente deliberação é, designadamente, aprovada a aquisição que o Conselho de Administração venha a efetuar, no quadro de um programa de recompra de ações, efetuando-se a aquisição por qualquer das formas previstas na presente deliberação proposta;
  - b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: Dezoito meses, a contar da data da presentedeliberação proposta;
  - c) Formas de aquisição: Com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, aquisição de ações, ou direitos de aquisição ou atribuição de ações, a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou em aquisição fora de mercado regulamentado, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legais, designadamente a instituição financeira com a qual a Sociedade haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares, ou aquisição a qualquer título para,

ou por efeito de, cumprimento de obrigação decorrente de lei ou contrato;

- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: O preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de 25% para menos e para mais relativamente à cotação mais baixa e média, respetivamente, das ações a adquirir no *Euronext Lisbon*, durante as 3 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à data de aquisição ou à constituição do direito de aquisição ou atribuição de ações, ou corresponder ao preço de aquisição resultante de instrumentos financeiros contratados;
  - e) Objetivos: A aquisição pela SOCIEDADE de ações próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, poderá assumir a forma de programa de recompra nos termos e para os efeitos do disposto no Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052 da Comissão, de 8 de março de 2016;
  - f) Momento da aquisição: A determinar pelo Conselho de Administração, tendo em conta a situação do mercado e as conveniências ou obrigações da SOCIEDADE, podendo efetuar-se por uma ou mais vezes nas proporções que o Conselho de Administração fixar.
- 2) Aprovar a alienação de ações próprias, sujeita a deliberação do Conselho de Administração e nos termos seguintes:
- a) Número mínimo de ações a alienar: O correspondente ao lote mínimo que, no momento da alienação, estiver legalmente fixado para as ações da SOCIEDADE ou a quantidade inferior suficiente para cumprir obrigação assumida, resultante da lei ou de contrato;
  - b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: Dezoito meses, a contar da data da presente deliberação proposta;
  - c) Modalidade de alienação: Com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, alienação onerosa em qualquer modalidade, designadamente por venda ou permuta, a efetuar em mercado regulamentado, ou fora de mercado regulamentado para entidades determinadas designadas pelo Conselho de Administração, com respeito pelo princípio da igualdade dos acionistas nos termos legais, designadamente através de instituições financeiras contrapartes em contratos de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares, ou quando deliberada no âmbito de, ou em conexão com, proposta de aplicação de resultados ou distribuição de reservas em espécie, sem prejuízo de, quando se trate de alienação em cumprimento de obrigação, ser efetuada em conformidade com os respetivos termos e condições;
  - d) Preço mínimo: Contrapartida não inferior em mais de 25% à cotação média no *Euronext Lisbon* das ações a alienar durante as 3 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à alienação;
  - e) Momento da alienação: A determinar pelo Conselho de Administração, tendo em conta a situação do mercado e as conveniências ou obrigações da SOCIEDADE, podendo efetuar-se por uma ou mais vezes nas proporções que o Conselho de Administração fixar.

- 3) Aprovar que, sem prejuízo da liberdade de decisão e atuação do Conselho de Administração no quadro das deliberações dos números 1 e 2 *supra*, e em função das circunstâncias relevantes (e, em especial, quanto a aquisições que se integrem em programas de recompra que possam ser objeto dos Regulamentos mencionados *supra*), para além das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em cada momento em vigor, devem ser tidas em conta as seguintes práticas quanto a aquisição e alienação de ações próprias:
- a) Divulgação prévia ao público do conteúdo da autorização relevante, em particular, o seu objetivo, o contravalor máximo da aquisição, o número máximo de ações a adquirir e o prazo autorizado para o efeito;
  - b) Manutenção de registo de cada operação realizada;
  - c) Divulgação subsequente das operações até ao final do sétimo dia da sessão de negociação seguinte à data de execução, sem prejuízo da divulgação nos prazos estabelecidos na regulamentação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da posição final sempre que esta ultrapasse ou desça abaixo de 1% do capital social ou sucessivos múltiplos;
  - d) Execução das operações em condições de tempo, modo e volume que não perturbem o regular funcionamento do mercado, devendo nomeadamente procurar-se evitar a sua execução em momentos sensíveis da negociação, em especial, na abertura e fecho da sessão, em momentos de perturbação do mercado e em momentos próximos à divulgação de comunicados de informação privilegiada;
  - e) Realização das aquisições a preço não superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da oferta independente de maior montante ao tempo da aquisição no *Euronext Lisbon*;
  - f) Limitação das aquisições a 25% do volume diário médio de negociação, ou a 50% desse volume mediante comunicação à autoridade competente e divulgação ao mercado;
  - g) Abstenção de alienação durante a eventual execução de programa de recompra abrangido pelos Regulamentos mencionados *supra*.

Para este efeito, o Conselho de Administração poderá organizar a separação das aquisições e os respetivos regimes, nomeadamente consoante o programa em que se integrem, dando conta dessa separação na divulgação pública que efetuar.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,